

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

EVALUATION OF THE EFFECTS OF THE STUDENT ASSISTANCE POLICY AT THE FEDERAL
INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF PIAUÍ (IFPI)

Tulyana Coutinho Bento Pereira ¹

RESUMO

O texto versa sobre a avaliação dos efeitos da Política de Assistência Estudantil (POLAE) do IFPI, quanto a redução das taxas de evasão e reprovação dos estudantes da educação técnica do Campus Teresina Central. Para tanto, tendo por base as taxas de aprovação, reprovação e evasão dos estudantes beneficiários do PAEVS, de 2014 a 2016, obtidas quando da realização da dissertação de mestrado, comparam-se as taxas do primeiro ano de implementação da Política com as dos anos seguintes. Constatou-se que, entre os estudantes que ingressaram no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) em 2014, a aprovação e a evasão aumentaram e a reprovação diminuiu. Portanto, o Programa produziu o efeito “esperado” pela POLAE, apenas em relação à redução dos índices de reprovação, pois, no que tange aos de evasão, verificou-se que os alunos atendidos pelo Programa abandonaram a escola.

Palavras-Chaves: Evasão. Reprovação. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The text deals with the evaluation of the effects of the IFPI's Student Assistance Policy (POLAE), regarding the reduction of dropout and failure rates for students in technical education at the Teresina Central Campus. To do so, based on the pass, fail and dropout rates of students benefiting from PAEVS, from 2014 to 2016, obtained during the completion of the master's thesis, the rates of the first year of implementation of the Policy are compared with those of the years

¹ Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Pedro II. Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: tulycouthino@ifpi.edu.br.

following. It was found that, among the students who joined the Social Vulnerability Student Assistance Program (PAEVS) in 2014, approval and avoidance increased, and disapproval decreased. Therefore, the Program produced the effect "expected" by POLAE, only in relation to the reduction of failure rates, because, with regard to dropout rates, it was found that the students attended by the Program dropped out of school.

Keywords: Evasion. Disapproval. Student Assistance.

INTRODUÇÃO

O presente texto, parte dos resultados da dissertação de mestrado, versa sobre a avaliação da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), enfocando os efeitos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na redução das taxas de evasão e reprovação dos estudantes da educação técnica de nível médio do Campus Teresina Central, no período de 2014 a 2016.

A implementação do PNAES no IFPI ocorreu através da Política de Assistência Estudantil (POLAE), desde 2014, com a instituição da Resolução do Conselho Superior do IFPI nº 014/2014. A POLAE contempla o Programa Universal e o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) (IFPI, 2014).

O Programa de universal é destinado aos estudantes em geral e tem por objetivo assisti-los em suas necessidades básicas e incentivá-los na formação acadêmica e o PAEVS é voltado para aqueles em situação de vulnerabilidade social (IFPI, 2014).

Os atendidos pelo PAEVS são aqueles alunos “regularmente matriculados, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, em condições de vulnerabilidade social e na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas” (IFPI, 2014, p. 24). O objetivo é reduzir as desigualdades sociais e os seus efeitos na permanência e êxito escolar (IFPI, 2014, p. 15). Nesse programa, são concedidos auxílios monetários em caráter permanente ou eventual para os estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado, concomitante/subsequente e de graduação e para os que participam de atividades desportivas ou culturais de representação do IFPI, bem como para assegurar moradia estudantil, garantindo sua manutenção ou custeando-a para aqueles que dela necessitam (IFPI, 2014).

Neste trabalho, examinam-se os efeitos da Política de Assistência Estudantil do IFPI, inquirindo se as taxas de evasão e repetência foram reduzidas com a instituição desta Política. Trata-se de uma avaliação de efeito que consiste em examinar “todo comportamento ou acontecimento que se pode razoavelmente dizer que sofreu influência de algum aspecto do programa ou projeto” (COHEN; FRANCO, 1992, p. 92).

Para isso, escolheu-se o Campus Teresina Central por ser a unidade com o maior número de alunos matriculados na educação profissional do IFPI e os usuários do PAEVS por serem os de maior vulnerabilidade social. Entende-se por vulnerabilidade social, conforme aponta a Política de Assistência Estudantil do IFPI, “um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e o acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo” (IFPI, 2014, p. 15 e 16).

Trata-se de pesquisa bibliográfica em que se vale dos dados de aprovação, reprovação e evasão dos estudantes beneficiários do PAEVS, de 2014 a 2016, obtidos quando da realização da dissertação de mestrado, no qual se comparam as taxas do primeiro ano de implementação da Política com as dos anos seguintes.

Para análise dos dados, seguiram-se as indicações do referencial teórico, especialmente, no que se refere à avaliação de efeito e aos procedimentos para identificá-lo, contando, por um lado, com Cohen e Franco (1992), Cotta (1998), Costa e Castanhar (2003) e Souza (2014) e, por outro, com o auxílio dos softwares Microsoft Office Excel (2007) e do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences - version 20.0).

Os resultados estão expostos em quatro partes, incluindo esta introdução que é a primeira. Na segunda, expõem-se os conceitos e as características da avaliação de efeitos das políticas públicas e programas sociais, discutindo a diferença entre efeitos e impactos. Na terceira, apresentam-se e discutem-se os dados relacionados aos indicadores de evasão, aprovação e reprovação dos estudantes beneficiários da POLAE, no IFPI – Teresina Central, entre 2014 e 2016. Na conclusão, são analisados os resultados em cada um dos indicadores, examinando os efeitos da POLAE na redução das taxas de reprovação e evasão numa instituição de educação profissional de nível técnico.

2 EFEITO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A avaliação de efeitos se insere entre as avaliações de resultado, sendo aquela em que se inquirir sobre as influências de uma intervenção na clientela atendida (COTTA, 1998), isto é, sobre as alterações provocadas por uma ação no comportamento ou problema em análise. Por efeito entende-se “todo comportamento ou acontecimento que se pode razoavelmente dizer que sofreu influência de algum aspecto do programa ou projeto” (COHEN; FRANCO, 1992, p. 92). Em outras palavras, é todo resultado das ações do programa ou projeto. Os efeitos podem ser: procurados ou não procurados, a depender da relação que possuem com os objetivos da intervenção.

Os efeitos procurados podem se subdividir em previstos, positivos e relevantes. Por definição, esse tipo de efeito deve ser previsto (porque o projeto não pode solicitar ou desejar o que é desconhecido) e positivo (porque não é lógico elaborar projetos para alcançar resultados negativos) (COHEN; FRANCO, 1992).

Já os efeitos não procurados, podem ser previstos no momento da concepção do projeto, podendo ser positivos, “quando se trata de consequências não centrais para os propósitos planejados, mas valiosas para outras considerações”, como também podem ser negativos, “quando podem influir sobre o possível êxito do projeto” (COHEN; FRANCO, 1992, p. 93). Há, também, os efeitos não previstos ou inesperados relacionados a falhas na elaboração do programa ou projeto e/ou falta de conhecimento sobre determinado assunto.

Os efeitos de uma política ou programa integram a avaliação de resultados, que é aquela que “visa aferir os resultados intermediários da intervenção” (COTTA, 1998, p. 113). Esse conceito indica uma avaliação somativa que é aquela em que resultados ou efeitos dos programas são estudados com o objetivo de avaliar a necessidade de continuidade ou não do programa (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994). Essa avaliação diferencia-se da de impacto pelo escopo de análise, pois essa “verifica a efetividade de programas e projetos, estabelecendo o grau de correspondência entre seus objetivos e resultados” (COTTA, 1998, p. 113), em um contexto mais amplo. Essa concepção se assemelha a de Costa e Castanhar (2003, p. 980), quando dizem que “avaliação de impacto procura identificar os efeitos produzidos sobre uma população-alvo de um programa social”.

Então, o que mais distingue os efeitos do impacto é a amplitude. Os efeitos referem-se, mais especificamente, a projetos, a uma população-alvo ou destinatária, a

resultados intermediários e para um objetivo específico, enquanto o impacto relaciona ao programa como um todo, para outros grupos além do destinatário das ações. O impacto pode afetar o conjunto da população, sua qualidade de vida e o meio social e institucional; além de referir-se aos objetivos finais do programa e ser o último elo da cadeia causal (SOUZA, 2014).

Desse modo, os efeitos são medidos em um tempo ou prazo curto, enquanto o impacto é visto em prazos médios e longos e abrange, também, o impacto potencial e futuro (SOUZA, 2014). Nos efeitos, relacionam-se duas variáveis e volta-se mais para a eficácia e a eficiência, enquanto o impacto envolve relações mais amplas e complexas de causalidade, no contexto mais amplo, numa avaliação mais qualitativa e voltada para efetividade em relação à vida da população (SOUZA, 2014).

Investiga-se, portanto, em um tempo curto, de 2014 a 2016, a relação de duas variáveis, a redução das taxas de evasão e reprovação e a implementação da POLAE. Assim, pesquisa-se o “efeito procurado” pela POLAE – redução das taxas de evasão e reprovação entre os beneficiários do PAEVS. Também se pesquisam os efeitos indiretos, que são os “não procurados” positivos – aumento do percentual de aprovação - ou negativos – redução do índice de aprovação, bem como os “não-previstos”.

3 OS EFEITOS DA POLAE NAS TAXAS DE EVASÃO E RETENÇÃO NO IFPI – CAMPUS TERESINA CENTRAL

3.1 Indicadores educacionais dos beneficiários do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) da educação profissional técnica de nível médio no IFPI – Campus Teresina Central

A verificação dos efeitos das ações da Política de Assistência Estudantil (POLAE) na permanência e êxito dos estudantes, em situação de vulnerabilidade social, da educação profissional técnica de nível médio foi feita pela análise dos percentuais de aprovação, reprovação e evasão dos beneficiários do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), nos anos de 2014 a 2016.

3.1.1 Evasão dos beneficiários do PAEVS

A verificação dos efeitos da POLAE na evasão foi feita utilizando-se os seguintes procedimentos: primeiro, levantou-se o número de evadidos em 2014, 2015 e 2016 entre os beneficiários do PAEVS, que ingressaram e foram beneficiados em 2014. Em seguida, calculou-se a variação anual do percentual de evasão de 2014 a 2016. E, por fim, comparam-se esses percentuais, calculando a variação anual e no período.

Entre os 119 que ingressaram, no ano de 2014, no Campus Teresina Central e foram beneficiados no mesmo ano no PAEVS, dados expostos na Tabela 1, 01 (0,8%), evadiu nesse mesmo ano, 8 (6,8%) evadiram em 2015 e 10 (9,1%) em 2016.

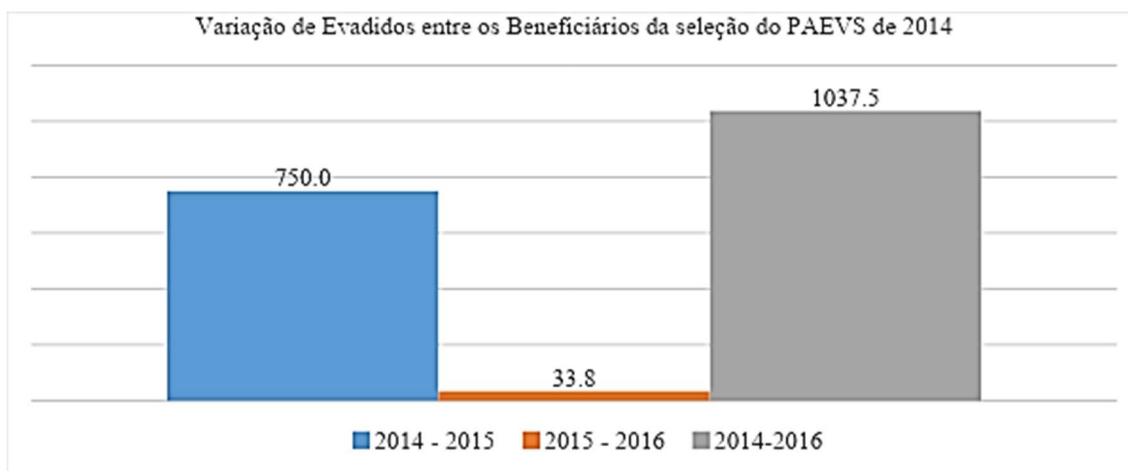
Tabela 1 – Número absoluto de beneficiários do PAEVS no IFPI – Campus Teresina Central no início do ano, número absoluto e relativo de evadidos a cada ano e a variação de evadidos entre 2014 e 2016

Ano	Beneficiários no início do ano	Beneficiários Evadidos		Δ anual e no período de evadidos
	Abs.	Abs.	%	
2014	119	01	0,8	-
2015	118	08	6,8	750,0
2016	110	10	9,1	33,8
2014-2016	-	-	-	1037,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no Sistema Q. Acadêmico.

O percentual de evadidos passou de 0,8% para 6,8%, de 2014 a 2015; de 6,8% para 9,1%, de 2015 a 2016 e de 0,8% para 9,1%, de 2014 a 2016, entre os beneficiados do PAEVS de 2014. No Gráfico 1, demonstra-se que o número de evadidos variou em 750,0%, entre 2014 e 2015; em 33,8%, de 2015 a 2016 e em 1037,5%, de 2014 para 2016:

Gráfico 1: Variação do número de evadidos entre os beneficiários das seleções de 2014 do PAEVS no IFPI Campus Teresina Central, entre 2014 e 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no Sistema Q. Acadêmico.

A elevação da evasão dos beneficiados a cada ano e no período mostra que a Política de Assistência Estudantil, por meio do Programa de Atendimento ao Estudante

em Vulnerabilidade Social (PAEVS), não produziu o efeito esperado de redução dos índices de evasão.

3.1.2 Aprovação e reprovação dos beneficiários PAEVS

Examinam-se os indicadores de aprovação e reprovação dos beneficiários do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) da Política de Assistência Estudantil do IFPI, pois esses são fatores desestimuladores ou estimuladores da evasão ou mesmo, no caso da reprovação, causa da retenção.

Verificou-se que entre os beneficiários contemplados em 2014 que permaneceram no IFPI – Teresina Central, no primeiro ano de gozo do benefício, 92 foram aprovados e 26 reprovados, como demonstrado na Tabela 2. No segundo ano, 2015, 90 beneficiados foram aprovados e 20 reprovados. A variação, entre 2014 e 2015, do percentual de aprovados e reprovados é a seguinte:

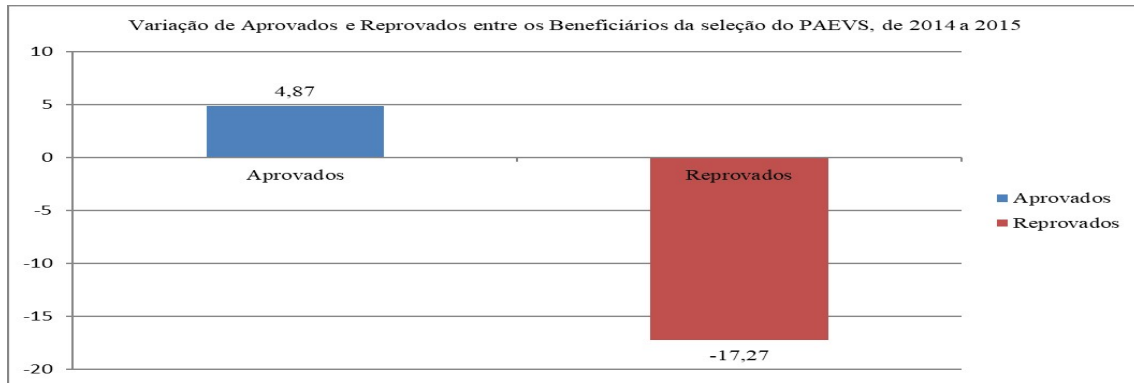
Tabela 2 – Número absoluto de beneficiários do PAEVS no IFPI – Campus Teresina Central, número absoluto e relativo de aprovados e reprovados a cada ano e a variação de aprovados e reprovados entre 2014 e 2015

Ano	Total de Beneficiados		Aprovados		Δ Anual aprovados		Reprovados		Δ Anual reprovados	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2014	118	78,0	92	78,0	-	-	26	22,0	-	-
2015	110	81,8	90	81,8	4,87	4,87	20	18,2	-17,27	-17,27

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no Sistema Q. Acadêmico.

O percentual de aprovados, entre os beneficiados do PAEVS em 2014, passou de 78,0% para 81,8%; e o de reprovados, de 22,0% para 18,2% entre 2014 e 2015. No Gráfico 2, demonstra-se que o número de aprovados variou em 4,87%; e o de reprovados, em -17,27%, de 2014 a 2015:

Gráfico 2: Variação do número de aprovados e reprovados entre os beneficiários das seleções de 2014 do PAEVS no IFPI – Campus Teresina Central, entre 2014 e 2015.

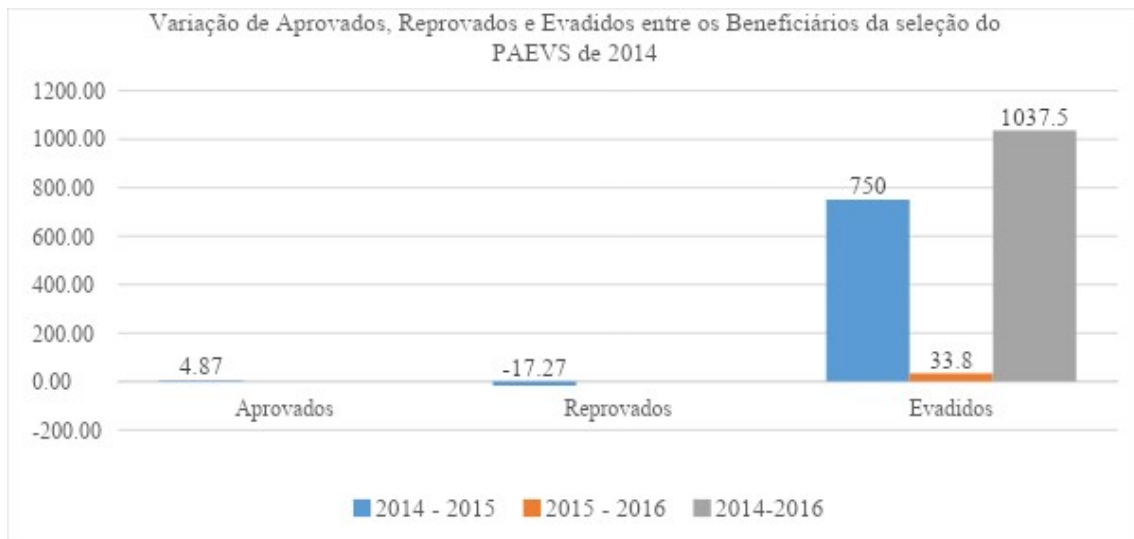


Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no Sistema Q. Acadêmico.

A elevação de beneficiários aprovados e a redução de reprovados, de 2014 a 2015, mostra que a Política de Assistência Estudantil, através do PAEVS, surtiu o efeito esperado de redução dos índices de reprovação e aumento do de aprovação.

Por conseguinte, como evidenciado no Gráfico 3, entre os beneficiados do Programa em 2014, a aprovação e a evasão aumentaram e a reprovação diminuiu, como demonstrado no Gráfico 3:

Gráfico 3: Variação do número de aprovados, reprovados e evadidos entre os beneficiários selecionados em 2014 para o PAEVS no IFPI – Campus Teresina Central, entre 2014 e 2015, 2015 e 2016 e 2014 e 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no SISTEC.

Constata-se, portanto, que a Política de Assistência Estudantil, desenvolvida por meio do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), produziu o “efeito procurado” na reprovação. Todavia, não logrou sucesso na redução da evasão, possivelmente, resta investigar, por focar nas dificuldades econômicas, não

contemplando problemas de saúde do estudante ou da família, de aprendizagem e relacionados ao curso e de não identificação com o ensino técnico, dentre outros já constatados em estudos sobre a evasão na educação profissional, tais como, de Dore, Sales e Castro (2014), Figueiredo e Salles (2017), Silva (2017) e Oliveira (2019).

4 CONCLUSÃO

Este texto voltou-se para a avaliação dos efeitos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), desenvolvido no IFPI por meio do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), nas taxas de evasão e reprovação dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio dos matriculados no Campus Teresina Central.

Os índices de aprovação e evasão aumentaram e o de reprovação diminuiu no Campus Teresina Central entre os beneficiários do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), que ingressaram no Programa em 2014. Por conseguinte, constata que as ações afetaram a reprovação e aprovação dos alunos, mas não logrou o mesmo êxito em relação a evasão.

Portanto, o PAEVS produziu o efeito “esperado” pela POLAE, de reduzir a reprovação, mas o mesmo não se verificou na evasão, já que alunos atendidos pelo Programa abandonaram a escola.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Trad. Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1994.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Evaluación de Proyectos Sociales**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1992.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n.5, p. 962-969, set./out. 2003.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, a. 49, n. 2, p. 103-124, abr/jun, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 14, de 08 de abril de 2014**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Conselho Superior/IFPI, Teresina, 2014.

SOUZA, L. M. de. Efeitos e impacto em políticas públicas. In: ARCOVERDE. Ana Cristina Brito. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2014.